

Orçamento para 93 terá “emendas prioritárias”

As lideranças partidárias e a direção da comissão mista do Orçamento decidiram ontem cancelar no projeto de lei orçamentária para 1993, enviado pelo Executivo, todas às dotações para obras de interesse municipal. Os parlamentares querem redistribuir esses recursos segundo seus próprios critérios, através de emendas que eles apresentarão. Para disciplinar a apresentação de emendas, a comissão mista decidiu também que cada parlamentar será obrigado a indicar 20 emendas prioritárias, entre todas as que apresentar.

Na prática, só as 20 emendas prioritárias serão consideradas, porque só elas receberão obrigatoriamente um parecer do



relator-geral do orçamento de 1993, senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) (foto), que sugeriu a limitação no seu relatório preliminar. A comissão mista começou a discutir na segunda-feira o relatório de Mansueto e prosseguia na discussão no começo da noite de ontem.

As emendas não-prioritárias serão só para constar — os parlamentares esperam que sirvam para dar uma satisfação às demandas de suas bases eleitorais. Se cada um dos 584 deputados e senadores preencher sua cota, o relator-geral terá 11.680 emendas prioritárias para apreciar.

A comissão mista rejeitou uma proposta de limitar as emendas dos parlamentares a um teto equivalente a 300 mil dólares. “É uma proposta que não faz sentido, quando o Executivo manda ao Congresso um orçamento apertadíssimo como este”, atacou o deputado Aloízio Mercadante (PT-SP).